

O Império e o Renascimento Carolíngio: uma abordagem

The Empire and the Carolingian Renaissance: An Approach

Fábio Antunes Vieira¹

Resumo: Entre os séculos VIII e IX, o franco Carlos Magno, principal figura da estirpe Carolíngia, constituiu o maior império cristão do ocidente europeu durante a Alta Idade Média. Dentre seus feitos, além das contribuições para a emergência do feudalismo, empreendeu esforços para reverter parte do processo de degradação da cultura grego-romana que marcou o referido período histórico, consequência das sucessivas ondas de invasões dos povos que, outrora, foram caracterizados pelos romanos como bárbaros. Nesse sentido, o intento deste artigo é ater-se a alguns aspectos da apropriação e fusão cultural promovida na ocasião, uma vez que seus resultados derivaram o que alguns estudiosos concebem como Renascimento Carolíngio.

Palavras-chave: Medievalo. Cultura. Cristianismo. Educação. Renascimento.

Abstract: Between the 8th and 9th century, the French Charles Magnus, head Carolingian lineage, founded the greatest Christian empire of Western Europe in the High Middle Ages. Among his feats, besides contributions for the emergence of feudalism, he made efforts to reverse part of the degradation process of the Greco-Roman culture that is a mark of this very historical period, due to successive invasions waves of people, named barbarians by the Romans. Thus, the aim of this article is to attain to some aspects of cultural appropriation and fusion promoted at that time, once its results derived what some scholars conceive as Carolingian Renaissance.

Keywords: Medieval, culture. Christianity. Education. Renaissance.

1 Mestre em Desenvolvimento Social e graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Docente do Departamento de História da Unimontes e do Curso de História do Instituto Superior de Educação Ibituruna – ISEIB

INTRODUÇÃO

As invasões dos povos bárbaros ao Império Romano Ocidental durante o século V dC, marcou o término do período definido pelos historiadores como Antiguidade Clássica, bem como acelerou o processo de depreciação de um modo de vida, até então admitido como o mais evoluído. A partir de então, a instabilidade e as incertezas provenientes dos sucessivos choques entre povos tão distintos, inviabilizaram a manutenção organizacional da sociedade romana, esfacelada juntamente com o próprio Estado que a sustinha. Apesar de não caber generalizações acerca da amplitude da degradação cultural romana, dada a heterogeneidade dos invasores e regiões invadidas, é possível admitir que, em maior ou menor intensidade, ela foi submetida a um sincretismo que tendia fazê-la desaparecer. Sobre o assunto, McNall Burns entende que “a cultura do começo da Idade Média representou sem dúvida, em certos aspectos, uma volta ao barbarismo”. No mais, o autor argumenta que, no período em questão, “o intelecto não só estagnou, mas até mergulhou em abismos profundos de ignorância e credulidade” (BURNS, 1985, p. 256).

É certo que, a respeito da Idade Média, os preconceitos provêm desde os tempos dos renascentistas italianos. A título de exemplo, basta memorar que no século XIV Francesco Petrarca já “se referia ao período anterior” aos homens do seu tempo “como tenebrae”, ocasião em que nasceu “o mito historiográfico da Idade das Trevas”. Além disso, o próprio termo “renascimento”, usado pela primeira vez por Giorgio Vasari no século XVI, teve por função difundir uma idéia “de contraste em relação ao período anterior”, caracterizado pelas “expressões *media antiquitas* e *media tempora*” (FRANCO JÚNIOR, 2002, p. 11). Entretanto, apesar do imaginário negativo que se constituiu acerca do medievo durante a Idade Moderna, não é possível negar que

a sociedade europeia ocidental se formou a partir da “lenta interpenetração” da “herança romana” com a “herança bárbara”, por intermédio do “cristianismo” (FRANCO JÚNIOR, 2002, p. 15). Inscrito em tal contexto, o povo franco caracterizou-se como um dos mais importantes para a constituição da sociedade medieval e o advento do feudalismo (MELLO, 1990).

Inicialmente, os francos se estabeleceram na Gália, uma antiga província onde a cultura romana e o cristianismo haviam prosperado fortemente durante o Império Romano. Assim, a exemplo do ocorrido em outras províncias, durante as invasões os conflitos entre francos e romanos foram inevitáveis. Todavia, a conversão do rei franco Clóvis ao cristianismo no século V dC contribuiu significativamente para dirimir as hostilidades entre a remanescente população galo-romana e os novos invasores. Tal feito possibilitou a gradual interação entre os povos na região, fato que viabilizou a formação de um reino cristão na Europa Ocidental. Nesse sentido, dentre os mais importantes governantes francos, Carlos Magno merece especial destaque, não só pelo fato de ter transformado o reino em um império, mas, sobretudo, por ter solidificado as bases do sistema feudal no ocidente europeu, bem como do próprio cristianismo.

Segundo a tradição germânica, a sucessão de comando dos clãs, tribos ou mesmo reinos se dava pela via hereditária. Entretanto, visto a descentralização política decorrente da prática do *comitatus*¹, não raro os descendentes terminavam por disputarem a condição régia, implicando não só divisões internas, mas a formação de novos reinos débeis e suscetíveis de ataques inimigos. Excetuando essa regra, Carlos Magno foi beneficiado pela morte do irmão, circunstância que o possibilitou manter a unidade do reino, embora não tenha escapado a descentralização do poder político.

1 Em termos gerais, é possível entender que o *comitatus* germânico era uma prática que mantinha a fidelidade militar de um grupo de guerreiros em torno do seu comandante que, em recompensa, retribuía tal fidelidade partilhando-lhes os espólios (conquistas) de guerra sob a forma de benefício (algo com que pudessem obter o sustento, em geral terras), ou mais genericamente feudos. Da prática do *comitatus* derivaram as relações de suzerania e vassalagem, bem como a descentralização do poder político, características da sociedade medieval acentuadas durante o governo dos carolíngios. Sobre o assunto ver: GANSHOF. *Que É o Feudalismo*, pp 74-88.

Apesar da coesão interna, externamente Carlos Magno se viu cercado por outros povos, ávidos pela conquista do então reino, a exemplo dos árabes à oeste e dos escandinavos ao norte. Assim, considerando a necessidade de vencê-los e marcado pelo propósito de expandir o cristianismo pelo ocidente europeu¹, Carlos Magno passou a conceber como indispensáveis aos seus objetivos a constituição de uma força militar composta por combatentes (cavaleiros) mais bem preparados e fiéis, bem como a ampliação dos recursos necessários a sua manutenção, sobretudo, terras. Em outras palavras, era preciso viabilizar meios de obter uma economia mais dinâmica, uma administração otimizada e um povo coeso em torno do rei. Para satisfazer esta última condição, Carlos Magno estreitou seus laços com os membros da Igreja, conciliando seus interesses com os do clero.

A Importância da Igreja Cristã

Conforme já elucidado, as invasões bárbaras implicaram o detrimento da cultura romana, legada a partir de então, sobretudo, à Igreja Cristã, importante Instituição romana a sobreviver à queda do Império e a manter sua organização administrativa basicamente intacta. Para Sônia Regina de Mendonça, “a Igreja Cristã se convertera, no século V, numa imensa máquina administrativa, calcada naquela do Estado [romano], mas na medida em que este se desintegrava, mais ela absorvia para si suas características, a ponto de, superando-o, preservá-lo no Ocidente” (MENDONÇA, 1985, p. 48. Grifo nosso). Na mesma linha, Willian Bark admite que “graças à influência da Igreja em todos os campos estéticos e intelectuais, muito da ordem e do sistema do pensamento romano penetrou os setores onde melhor poderia ser usado [no Ocidente]” (BARK, 1980, p. 101. Grifo nosso).

Como é possível entender, em meio a uma sociedade em formação, marcada pelo analfabetismo, os membros do clero passaram a serem vistos como os homens cultos, os detentores do conhecimento formal, científico, ainda que marcado pela teologia. No mais, considerando a instabilidade observada durante a Alta Idade Média, a Igreja terminou por ser a Instituição responsável pelo gradual sincretismo entre as partes litigantes, fato que acentuou ainda mais sua influência sobre os romanos e, em especial sobre os bárbaros, na medida em que foram se convertendo ao credo cristão. Não obstante, “propagado num clima de convulsões e insegurança, o cristianismo oferecia a milhares de homens decepcionados e ‘inquietos’ o conforto da promessa de uma vida melhor, ao mesmo tempo em que pregava a libertação e o abandono das preocupações terrenas” (MENDONÇA, 1985, p. 49). Desse modo, detendo o controle sobre o conhecimento formal e ao mesmo tempo confortante as almas inquietas, bem como atuando como o elo de articulação entre romanos e bárbaros, a Igreja não só ampliou seu poder sobre a sociedade medieval em formação, como passou a ditar suas normas de conduta, não fugindo os francos a essa regra.

A relação entre os francos e a Igreja tem seus primórdios no final do século V, por ocasião da conversão do rei Clóvis, como já mencionado. Por consequência, é correto afirmar que Carlos Magno iniciou seu reinado em 768 dC, sobre um povo marcado pelos valores cristãos, circunstância que o condicionou a exercer um governo estreitamente vinculado ao papado. Na verdade, tal vinculação interessava a ambas as partes no século VIII, uma vez que uma política expansionista era considerada vital para a sobrevivência do reino e do próprio cristianismo, ambos ameaçados por povos marcados por outros credos religiosos, como o islã e o paganismo. No mais, já nessa época as divergências entre o cristianismo romano e o cristianismo bizantino começaram a se acentuar.

1 Segundo McNall Burns, Carlos Magno “considerava-se o imperador cristão cujo dever era estabelecer o reino de Deus na Terra. BURNS. História da Civilização Mundial, v. I, p. 135

Inscrito em tal contexto, o papa Leão III, marcado pelo desejo de reconstituir um Império Cristão no ocidente europeu, bem como aproveitando o contexto de vitórias militares e expansão territorial dos francos, no Natal de 800 dC coroou Carlos Magno como imperador do novo Império Romano Ocidental, tentando restabelecer o imaginário glorioso dos tempos de Roma (MELLO, 1990, p. 29-30). Entretanto, ressalva seja feita, tal intencionalidade papal ocorreu em um momento histórico em que a própria sociedade não mais se sustentava na exclusividade da cultura romana. Sobre o assunto, é oportuna a máxima marxista de que “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes”, sendo a “segunda uma farsa” (MARX, 1978, p. 17). Entretanto, como afirma Sônia Regina Mendonça, os rumos “do cristianismo medieval ocidental e sua Igreja dependiam da definição de uma base temporal de apoio entre os germanos, o que foi conseguido através de uma aliança com o reino franco”, solidificada durante o governo de Carlos Magno (MENDONÇA, 1985, p. 50).

Aspectos do Movimento Cultural e Intelectual Carolíngio

Como mencionado, a expansão territorial e a cristianização dos povos compunham dois grandes objetivos de Carlos Magno. Todavia, para atingi-los era preciso, além do apoio da Igreja, empreender um conjunto de reformas internas que cooperassem para tanto. Dentre os problemas enfrentados pelo rei franco, a administração pública figurava como um dos principais. Carente de pessoal capacitado, quando comparada aos padrões árabes e bizantinos na mesma época, a administração carolíngia era deficiente, reflexo de uma sociedade marcada pelo analfabetismo e pelas consequentes leis consuetudinárias (MARVIN, 1981, p. 185). Além disso, a prática do comitatus contribuía para intensificar os problemas econômicos, na medida em que o crescimento da aristocracia, a manutenção de seus privilégios fiscais e as sucessivas conces-

sões de feudos sob a forma de benefícios implicava na diminuição dos proventos régios, bem como a descentralização gradual do poder político em favor dos senhores feudais, em parte, motivada pelos próprios carolíngios.

Considerando o exposto, Carlos Magno entendeu que a otimização das instituições do reino estava diretamente relacionada à capacidade de promoção da melhoria educacional da aristocracia. Assim concebendo, passou a atrair para o reino franco uma quantidade significativa de letrados e estudiosos provenientes de várias regiões do ocidente e do oriente (KOSMINSKY, 1990, p. 30). Esse esforço pelo aprimoramento intelectual da elite franca, ainda que subordinado aos ditames do cristianismo caracterizou o que alguns historiadores chamam de renascimento carolíngio, mas que aqui será tratado como movimento cultural e intelectual carolíngio, por razões que serão oportunamente esclarecidas.

Em termos gerais, os maiores beneficiários do movimento carolíngio foram os membros da aristocracia (nobreza e clero), bem como os altos funcionários reinóis. Sobre o programa educacional, “os alunos eram obrigados, a princípio, a aprender em latim, de memória, as orações. Em seguida, eram sentados diante do abecedário e se lhes ensinava a ler e escrever em latim [língua da Igreja], e também cálculo e canto eclesiástico. Era o ciclo primário do ensino” (KOSMINSKY, 1990, p. 98). No ciclo seguinte, estudavam gramática, praticavam a dialética e aperfeiçoavam a arte da retórica. Em conjunto, estas “artes” compunham o trivium, importante para o bom desempenho das funções ligadas à política e a administração. A etapa seguinte parece ter sido um privilégio mais comum aos membros do clero, e compreendia os conhecimentos do quadrivium, ou seja, aritmética, música, geometria e astronomia, apesar da primeira também se prestar aos administradores. Em regra, embora etimologicamente tais expressões sejam comuns atualmente, na época seus conteúdos se prestavam aos assuntos vinculados à teologia (MELLO, 1990, p. 45).

Como é evidente, o movimento cultural carolíngio contribuiu para acentuar o poder da Igreja sobre a sociedade medieval. Os membros do clero, cada vez mais cultos, passaram a se sentir investidos do poder para determinarem as “boas obras” (mais tarde inscritas no pensamento tomista), bem como para discernirem entre o certo e o errado. Assim, durante o período, não por acaso boa parte das escolas derivadas do movimento carolíngio foram organizadas nos mosteiros e igrejas, apesar da excelência da Escola Palatina organizada pelo próprio imperador (após 800 dC) na capital Aix-la-Chapelle¹. Na verdade, tal escola “não era um estabelecimento de ensino sistemático, mas um local de encontros e discussões dos expoentes da intelectualidade eclesiástica da época, e se destinava à preparação de jovens nobres que visavam alcançar algum cargo administrativo” (MENDONÇA, 1985, p. 84).

Sobre a importância do clero regular, é válido ressaltar que após a ruptura do Império Romano, ele também conservou muitos elementos da cultura (grego) romana, sobretudo nos mosteiros. Assim, apesar de muito limitadamente, seus membros passaram a servir como referência àqueles que desejavam obter algum conhecimento religioso e sobre a Antiguidade Clássica, principalmente a comunidade local. Todavia, a política educacional empreendida por Carlos Magno fizera com que tanto o clero secular como o regular adequasse e direcionasse suas funções a um modelo instituído, que mesclava as atribuições administrativas com o próprio fortalecimento do cristianismo.

Sobre o assunto, Jacques Le Goff argumenta que as novas determinações educacionais do período carolíngio “praticamente” findaram “os restos de ensino elementar que os mosteiros merovíngios difundiam entre as crianças camponesas das vizinhanças”.

Continuando, o autor esclarece que o movimento cultural carolíngio foi direcionado “para uma elite fechada, numericamente muito reduzida, e destinado a dar a monarquia um pequeno celeiro de administradores e de políticos”. Para ele, “os manuais de História republicanos franceses se enganaram redondamente em popularizar um Carlos Magno, aliás analfabeto, como protetor da juventude escolar” (LE GOFF, 1989, p. 22). Assim, procurando “transformar a religião no ‘cimento’ da coesão de seu vasto território, o soberano preocupou-se em restaurar a hierarquia da Igreja, regulamentar os seus bens e reforçar seu papel cultural” (MENDONÇA, 1985, p. 60).

Para o imperador dos francos, os servidores do Império deveriam ser, antes de tudo, homens de Deus. Nesse sentido, embasavam-se os princípios de autoridade, hierarquia e sagração, indispensáveis à unidade do Império. Nesse ponto, se no plano espiritual os homens deveriam ser tementes e obedientes a Deus, suzerano do universo, no plano temporal deveriam ser fiéis ao imperador, identificado como o Seu maior vassalo, Seu maior comandante na terra. Em outras palavras, enquanto o clero tinha por função zelar pela acuidade espiritual dos homens, Carlos Magno se responsabilizava pelo empreendimento de um Império cristão na terra. Assim, ao clero cabia a oração, enquanto ao imperador cabia a espada, ambos a serviço de Deus. Tal idéia mais tarde contribuiu para o advento do imaginário sobre a divindade dos reis franceses, como esclarece Marc Bloch. Segundo o autor, por volta de 869 dC, Hincmar, arcebispo da cidade de Reims (França) lançou os primórdios do “rito da Santa Âmbula”², cujo propósito era transformar os reis franceses em ícones dentre todos os reis cristãos (BLOCH, 1999, p. 170).

1 Aix-la-Chapelle é a atual cidade de Aachen, situada no estado da Renânia do Norte - Alemanha. A cidade de Paris só se tornou a capital da França no final do século IX, quando Hugo Capeto iniciou a dinastia capetíngia.

2 O imaginário acerca da história da Santa Âmbula, iniciada por Hincmar no século IX, é pertinente ao processo de sagração de Clóvis no século V, primeiro rei cristão dos francos. Segundo a crença, no momento de sua unção pelo papa, uma bomba enviado por Deus lhe presenteou com uma âmbula contendo óleo divino que, a partir de então, sempre seria renovado no momento da sagração dos seus sucessores. O fato teria representado a aliança de Deus com os reis franceses. Ver BLOCH. Os Reis Taumaturgos, p. 117.

Embora o movimento cultural carolíngio tenha contribuído significativamente para engendrar tal imaginário junto aos súditos do Império, uma vez que, como mencionado, isso se prestava à unidade e expansão deste, no aspecto intelectual sua abrangência foi limitada. Assim, a própria estrutura estamental da sociedade, associada ao conjunto de obrigações servis, também terminaram por inviabilizar a massa servil de ter o acesso às benesses educacionais do período. Tomando por base o exposto, é possível afirmar que o movimento cultural carolíngio contribui para acentuar o estado de dominação da aristocracia sobre os servos. Dessa forma, em termos gerais, é possível admitir que a difusão do movimento cultural ou intelectual carolíngio foi tão diminuta, que muitos autores questionam o emprego do termo “renascimento” para caracterizá-lo.

Renascimento Carolíngio?

Para responder a essa indagação, inicialmente faz-se necessário avançar no tempo e verificar algumas das mais marcantes características do Renascimento Italiano iniciado no século XIV. Aqui, o intento é buscar informações úteis que viabilizem algumas distinções deste, em relação ao movimento cultural do período carolíngio.

Analisando o Renascimento Italiano, é possível afirmar que sua grande marca foi a valorização das ações humanas. Para Sichel, “foi um movimento, uma revivificação das capacidades do homem, um novo despertar da consciência de si próprio e do universo” (SICHEL, 1980, p. 07). Portanto, dentre outras características, o humanismo e o antropocentrismo eram preponderantes. Todavia, embora os humanistas também tenham se mantido fiéis aos postulados do cristianismo (mas não aos da Igreja Católica), eram homens empenhados em reformar o sistema educacional até então observado, ou seja, “abolir a tradição intelectual medieval e buscar novas raízes para a elaboração de uma nova cultura”, centrada nos valores da “Antiguidade Clássica”.p. 14-15).

Inscrito em tal contexto, Eugênio Garin discorre que durante o Renascimento Italiano,

na verdade, houve uma mudança de equilíbrio; os ‘humanistas’, e com eles os artistas, os artesãos, os homens de ação, substituíram as trilhas já sem perspectiva da especulação medieval por novas exigências, novos impulsos, novos fermentos, diante das perguntas que até aquele momento haviam permanecido sem respostas [...]. De uma forma inteiramente inédita e desconcertante, novas idéias e novas hipóteses floresceram (GARIN, 1996, p. 11).

O humanismo e o antropocentrismo já seriam suficientes para diferenciar ambos os movimentos culturais, uma vez que o carolíngio primava pelo teocentrismo. Com base nessa afirmação, o movimento carolíngio não tinha por objetivo destacar a capacidade criativa do homem ou sua condição como ser pensante, mais sim subordiná-lo aos dogmas divinos, revelados, interpretados e difundidos pelos membros do clero como verdades inabaláveis. Aqui, salienta-se que, em termos gerais, durante o medievo “a razão era vista como um instrumento diabólico, que mantinha o homem na ilusão de uma falsa sabedoria que o afastava da verdade”, ou seja, de Deus (FRANCO JÚNIOR, 1999, p. 20). Por outro lado, para o renascentista “a razão do homem funda [sua] existência” (RODRIGUES, 2000, p. 61. Grifo nosso). Assim, é possível afirmar que o Renascimento Italiano “significou novas formas de ser e de pensar a partir de um conceito dinâmico de homem, em que todas as concepções das relações humanas se tornaram dinâmicas, a começar pela relação entre o homem e a sociedade, agora uma questão individual por excelência” (FALCON, 2000, p. 39).

A distinção acima é oportuna para apontar a incoerência de aplicar o termo “renascimento” ao movimento cultural e intelectual do período carolíngio. Aliás, como já abordado anteriormente, o próprio termo tem suas origens no século XVI. Sobre o assunto, Hilário Franco Júnior argumenta que:

Admirador dos clássicos, o italiano Francesco Petrarca (1304-1374) já se referia ao período anterior [ao seu tempo] como *tenebrae*: nascia o mito historiográfico da Idade das Trevas [...]. A idéia enraizou-se quando em meados do século XVI Giorgio Vasari, numa obra biográfica de grandes artistas do seu tempo, popularizou o termo ‘renascimento’. Assim, por contraste, difundiram-se em relação ao período anterior as expressões *media aetas*, *media antiquitas* e *media tempora*” (FRANCO JÚNIOR, 2002, p. 11. Grifo nosso).

Apesar do exposto, entendendo como Marc Bloch (2002) que a função do historiador passa pela compreensão e não pelo julgamento, não é possível negar os méritos do movimento carolíngio, sobretudo no momento histórico em que ele se inscreveu. Empreendido em um período de grande instabilidade, o movimento cultural carolíngio “correspondeu aos anseios imperiais da época”, direcionados a construção de um “Estado e uma só Igreja em perfeita harmonia”. Assim, apesar dos preconceitos e críticas manifestadas pelos renascentistas e iluministas, “em íntima coordenação com a Igreja, a monarquia carolíngia reunificou o Ocidente, dando origem à cristandade, termo que até o século XVII designou o que hoje chamamos de Europa” (MENDONÇA, 1985, p. 58).

Empreendido em um período de grande instabilidade, o movimento cultural carolíngio “correspondeu aos anseios imperiais da época”, direcionados a construção de um “Estado e uma só Igreja em perfeita harmonia”.

Assim, apesar dos preconceitos e críticas manifestadas pelos renascentistas e iluministas, “em íntima coordenação com a Igreja, a monarquia carolíngia reunificou o Ocidente, dando origem à cristandade, termo que até o século XVII designou o que hoje chamamos de Europa” (MENDONÇA, 1985, p. 58).

Para Jacques Le Goff, a questão não é negar as contribuições do movimento intelectual dos carolíngios dentro do processo de formação da sociedade europeia ocidental, mas sim “esclarecer seus limites”, uma vez que ele “não tem nenhum dos traços quantitativos que nos pareça implicar a noção de renascença” (LE GOFF, 1989, p. 22). Por outro lado, Max Savelle admite que, “embora as realizações da Era Carolíngia no campo intelectual não se possam comparar às do período clássico, estavam tão adiante do período merovíngio¹ que historiadores às vezes falam de uma “Renascença Carolíngia” (SAVELLE, 1971, p. 138). Como é notório, embora não sejam excludentes pelo conjunto de suas obras, os autores partem de referências diferentes para analisar o movimento cultural e intelectual do período carolíngio.

CONCLUSÃO

Em meio ao processo de invasões dos povos bárbaros germânicos ao Império Romano Ocidental no século V, os francos constituíram um reino cristão, que muito contribuiu para o advento da sociedade europeia ocidental. Dentre seus principais governantes, o de maior destaque foi Carlos Magno, cujo nome marcou os demais membros da sua estirpe, dita carolíngia. Dentre seus principais feitos, Carlos Magno transformou o reino franco em um império e garantiu a hegemonia do cristianismo romano sobre o ocidente europeu. Para tanto, muito lhe valeu o empreendimento de um movimento cultural e intelectual, admitido por alguns historiadores como renascimento carolíngio.

1 A dinastia merovíngia foi iniciada por Clóvis no século V. Segundo consta, o nome é uma derivante de Meroveu, avô de Clóvis e um dos precursores das invasões dos francos à Gália no mesmo século. Tal dinastia foi sucedida pela carolíngia, iniciada por Pepino no século VIII, mas que teve como principal representante Carlos Magno, seu filho.

Centrado na aliança entre os interesses do imperador e dos membros do clero, o movimento cultural carolíngio reverteu um processo de degradação da cultura grego-romana, que vinha ocorrendo desde a queda de Roma. Entretanto, ao contrário do observado no período marcado pelo Renascimento Italiano, os carolíngios subordinaram seu progresso intelectual ao teocentrismo e não ao antropocentrismo ou ao humanismo. No mais, tendo por preocupações a otimização funcional do Estado, o movimento carolíngio teve pouca abrangência, uma vez que foi destinado à aristocracia. Assim, apesar das inegáveis contribuições do movimento carolíngio para a formação da sociedade européia ocidental, há quem entenda, como Jacques Le Goff, ser incoerente atribuir o termo “renascimento” para caracterizá-lo.

REFERÊNCIAS

- BARK, Willian Carroll. **Origens da Idade Média**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. Porto Alegre: Globo, 1985, v. I.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Feudalismo. Uma Sociedade Religiosa, Guerreira e Camponesa**. São Paulo: Moderna, 1999.
- GANSHOF, F. L. **Que é o Feudalismo**. 4. ed. São Paulo: Publicações Europa – América, 1976.
- GARIN, Eugênio. **Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano**. São Paulo: Unesp, 1996.
- KOSMINSKY, Eugenii A. **História da Idade Média**. São Paulo: Centro do Livro Brasileiro, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MARVIN, Perry. **Civilização Ocidental**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1978.
- MELLO, José Roberto. **O Império de Carlos Magno**. São Paulo: Ática, 1990.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Mundo Carolíngio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson M.; FALCON, Francisco José Calazans. **Tempos Modernos: Ensaios de História Cultural**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.
- SAVELLE, Max (Org.). **História da Civilização Mundial**. 3ed. São Paulo: Lisa, 1971, v. II.
- SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. 3ed. São Paulo: Atual, 1985.
- SICHEL, Edith. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.